



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/2018/CEL/SUPEL/RO**

*S*  
*U*  
*P*  
*E*  
*L*

**AVISO**

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3212-9269



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 380/2018/CEL/SUPEL/RO**  
**EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.**

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria Nº 90/2018/GAB/SUPEL/RO, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 06 de agosto de 2018**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o Nº. **380/CEL/SUPEL/RO**, adotando como critério de julgamento o **MENOR PREÇO** com adjudicação **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme descrito no Edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, com a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, com os Decretos Estaduais nºs. 12.205/2006, 16.089/2011, 15.643/2011 e 18.340/2013, com a Lei Estadual nº 2.414/2011 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto, tendo como interessada a **Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER**.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0013.106497/2018-67**

**OBJETO:** Aquisição de material permanente (sistema RFID antifurto, computador desktop, nobreak, impressora multifuncional, impressora térmica, leitor de código de barras, fone de ouvido, scanner, entre outros) para atender as necessidades da Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, equipamento cultural sob gestão da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

P/AÇÃO: **16.031.13.392.1132.2247** – Gerenciar a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto  
ELEMENTO DE DESPESA: **44.90.52** – Material Permanente  
FONTE DE RECURSO: **0100** – Tesouro Estadual  
VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO: **R\$ 41.798,19 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e oito reais e dezenove centavos).**  
DATA DE ABERTURA: **26/09/2018 às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)**  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)  
UASG SUPEL: **925373**

O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br).

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio designados, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, sito a Av. Farquar, nº 2.986 - Bairro Pedrinhas (Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar) Telefone (69) 3212-9269 – CEP: 76.801-470 – Porto Velho – RO.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo do Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**Porto Velho/RO, 09 de agosto de 2018.**

**IAN BARROS MOLLMANN**  
**Pregoeiro da Comissão Especial de Licitações – CEL/SUPEL/RO**

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/2018/CEL/SUPEL/RO**

### **EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.**

#### **PREÂMBULO:**

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria Nº 59/2018/GAB/SUPEL/RO, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 06 de agosto de 2018**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o Nº. **380/2018/CEL/SUPEL/RO**, adotando como critério de julgamento o **MENOR PREÇO** com adjudicação **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme descrito no Edital e seus anexos em conformidade com a **Lei Federal nº 10.520/2002, com a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, com os Decretos Estaduais nºs. 12.205/2006, 16.089/2011, 15.643/2011 e 18.340/2013, com a Lei Estadual nº 2.414/2011 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto, tendo como interessada a Fundação Cultural do Estado de Rondônia – FUNCER.**

**DATA: 26/09/2018.**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h00min.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

**UASG SUPEL: 925373**

**VALOR ESTIMADO: R\$ 41.798,19 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e oito reais e dezenove centavos).**

#### **1. DA AUTORIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

**1.1.** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo n.º 0013.106497/2018-67 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**1.2.** Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

**1.3.** A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico, cedido para uso através de Termo de Adesão ao Sistema de Serviços Gerais – SISG, conforme estabelecido no artigo 2º, §§ 4º e 5º do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005.

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**1.4.** Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas LICITANTES, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens, já que oportunizado o prévio esclarecimento, conforme disposto no item 4 deste Edital.

**1.5.** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília-DF.

**1.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

## **2. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES:**

### **2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Aquisição de material permanente como para atender as necessidades da Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, equipamento cultural sob gestão da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

**2.1.2.** O material a ser adquirido deverá estar em perfeitas condições de utilização, e em total conformidade com as especificações constantes no item 3.1 do Termo de Referência.

### **2.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA:**

**2.2.1** A garantia do produto é do fabricante em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/1990 e suas alterações, onde a licitante vencedora deverá prestar assistência técnica gratuitamente durante o período da garantia padrão, sem nenhum ônus a FUNCER, inclusive com reposição de peças originais se for o caso.

#### **2.2.2 Da embalagem:**

**2.2.2.1.** Os materiais, objeto deste termo de referência deverão **ser novos, sem uso anterior**, e deverão ser entregues acondicionados nas embalagens originais da fabrica firmes e devidamente lacradas, com validade com no mínimo 12 meses da data do vencimento, em perfeito estado de conservação, adequadas para proteger o conteúdo contra a ação da luz, poeira, umidade e contra danos durante o transporte.

**2.2.2.2.** O tamanho das embalagens deverá ser condizente com o tamanho de cada um os itens descrito no item 03.1 – detalhamento do objeto.

**Externamente** a embalagem deverá conter as seguintes informações:

- a. Numeração e Série (em cada caixa seguindo a ordem crescente a partir do número 001);
- b. Descrição de todos os Itens em cada caixa;
- c. Numero do processo, numero da nota fiscal;

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

d. Dados do fornecedor (CNPJ, razão social e endereço completo).

2.2.3. Os materiais não poderão ser objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou recondicionamento e nem serem apresentados fora das embalagens de seu fabricante.

### 2.3. DA ENTREGA DO OBJETO:

2.3.1. **Prazos/Forma:** A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo de trinta (30) dias após a retirada da nota de empenho e não será concedido dilação do prazo acima citado, somente aos casos explicitamente amparados pela lei federal 8.666/93.

2.3.2. Os produtos deverão ser entregues na Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER, Av: Presidente Dutra, 4183 – Bairro: Olaria, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda a sexta feira, das 07:30 às 13:30 horas, para procedimentos internos, não se responsabilizando por entregas fora destes horários e dias.

2.3.3. **Local de utilização/destinação dos produtos:** Os materiais ora solicitados se destinam atender exclusiva e adequadamente a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto localizada na Avenida Farquar, 1793, Pedrinhas, Porto Velho, RO.

2.2.4. As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da contratada.

2.2.5 O objeto será recebido conforme disposto no art. 73, II, da Lei 8.666/93:

2.2.5.1 **Provisoriamente**, no prazo de um (01) dia útil, pelo Chefe do Setor de Apoio Administrativo, ou seu substituto, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

2.2.5.2 **Definitivamente**, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, pela Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente da FUNCER, que terá a incumbência, dentre outras atribuições, de aferir a qualidade, quantidade e especificação do material com o estabelecido no objeto deste termo, e consequente aceitação com a certificação da Nota Fiscal e emissão de Termo Circunstanciado.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

3.1. Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 18 § 1º e § 2º do Decreto Estadual nº. 12.205/06, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se preferencialmente através do e-mail celsupelro@gmail.com, ou protocolando, alternativamente, o documento circunstanciado junto à Comissão Especial de Licitação, na sede desta Superintendência (endereço constante do rodapé) no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

3.2. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital e/ou Assessoria Jurídica, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**3.3.** A decisão do (a)Pregoeiro (a) quanto à impugnação será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

**3.4.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

#### **4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**4.1.** Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas deverão ser enviadas ao(à) Pregoeiro(a) no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, conforme art. 19 do Decreto Estadual nº. 12.205/06, no horário das 07 h30min às 13h30min, manifestando-se exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [celsupelro@gmail.com](mailto:celsupelro@gmail.com), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

**4.2.** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de adendos modificadores, erratas ou adendos esclarecedores, às licitantes que tenham retirado o Edital através de email (quando indicado).

**4.3. ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado com prorrogação da Sessão de Abertura, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

**4.4. ERRATA E NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações meramente esclarecedoras, ou correções formais do instrumento convocatório que não causem alteração na formulação das propostas, sem necessidade, portanto, de reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

**4.5.** As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo(a)Pregoeiro(a) somente através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações, e ainda, será divulgado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, quando se tratar de adendo modificador.

#### **5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**5.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

**5.2.** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa





**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

**5.4. PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO ELETRÔNICO AS EMPRESAS QUE:**

**5.4.1.** Tenham o ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação para o qual estará participando, atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 14 deste Edital;

**5.4.2.** Se enquadrem como Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP face ao disposto no art. 48, I da Lei Complementar nº. 147/2014 e o art. 6º. do Decreto Estadual nº. 21.675/2017.

**5.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO ELETRÔNICO, EMPRESAS QUE ESTEJAM ENQUADRADAS NOS SEGUINTE CASOS:**

**5.5.1.** Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**5.5.2.** Empresa impedida, suspensa temporariamente, ou declarada inidônea do direito de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;

**5.5.3.** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, das esferas Federal, Estadual ou Municipal, cujos efeitos se expandam para a esfera do Estado de Rondônia, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

**5.5.3.1.** Para verificação das condições definidas no subitem anterior, a Comissão Especial de Licitação, promoverá a consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS1) no encerramento da fase de LANCES.

**5.5.4.** Estrangeiras que não funcionem no País.

**5.5.5.** 5.4.6. Empresas que apresentem-se constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

**5.5.5.1.** A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

<sup>1</sup>O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria - Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública

SRN-----



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**5.5.5.2.** Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Junta-se as justificativas, o subitem 17 do Termo de Referência.

**5.6.** Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

**5.6.1.** Servidor ou dirigente de qualquer Órgão ou Entidade contratante ou o Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**5.6.2.** É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho de empresa fornecedora do Estado, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Estado, sob pena de demissão do serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, bem como, participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário e ainda ser procurador/representante da empresa, junto as repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de perante até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

**5.6.3.** Não será admitida nesta Licitação, a participação de empresas ou instituições distintas, através de um único representante.

**6. DA QUALIFICAÇÃO DAS MICRO E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**6.1.** No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido do artigo 42 ao artigo 49 da referida Lei Complementar.

**6.2.** Para os efeitos deste Edital, conforme previsto na Lei Complementar n. 123/06, art. 3º, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**6.2.1.** No caso das microempresas, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

**6.2.2.** No caso das empresas de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

SRN-----





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**6.3.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**6.3.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**6.3.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**6.3.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**6.3.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**6.3.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**6.3.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

**6.3.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**6.3.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**6.4.** O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**6.5.** A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

**6.6. O Licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da LC nº 123/06, sob pena de ser declarado inidôneo**

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**para licitar e contratar com o Estado de Rondônia, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Estadual nº 21.675/17.**

## **7. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO:**

**7.1.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**7.2.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**7.2.1.** Para tais efeitos será sempre interpretado que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**7.3.** Não poderão participar deste processo licitatório nenhuma empresa, funcionários, ou instituição vinculada a Entidade de Licitação ou à Secretaria interessada.

## **8. DO REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**8.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços de **MENOR PREÇO POR ITEM**, a partir da data da liberação do Edital no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), até o horário limite de início da Sessão Pública, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**8.2.** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), os licitantes deverão REGISTRAR suas propostas de preços, com a descrição completa do objeto ofertado, quantidade e preço, além do local e prazo de execução, no prazo disposto no caput, sob pena de desclassificação de sua proposta.

**8.3.** Caso haja limitação de caracteres do sistema que impeça que o licitante informe todos os dados solicitados acima, recomenda-se que inclua um RESUMO DO OBJETO, citando em resumo os subitens incluídos (se for o caso) e acrescentando os dizeres “CONFORME O EDITAL” e, neste caso, para fins de recebimento do objeto, será considerado o detalhamento citado no Instrumento Convocatório e subentendido pela Administração que o proponente tem pleno conhecimento e atesta ser os mesmos serviços que prestará na execução contratual, sob sua inteira responsabilidade.

**8.4.** As propostas registradas no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DECLASSIFICADA** pelo(a)Pregoeiro(a).

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**8.5.** A proposta inserida, seus lances, bem como a proposta impressa protocolada (caso solicitada) serão consideradas pela Administração com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, caso não seja expressa outra validade maior pelo licitante.

**8.6.** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

**8.7.** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante as sessões públicas do Pregão Eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema e avisos emitidos pelo (a) Pregoeiro (a) através dele.

**8.8.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto ou quaisquer outras condições descritas no sistema COMPRASNET e as especificações constantes no MODELO DE CARTA PROPOSTA e EDITAL, prevalecerão às duas últimas.

**8.9.** Encerrada a etapa de lances, as licitantes convocadas poderão apresentar as propostas de preços de forma impressa ou digitalizada, em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinadas na última, pelo responsável ou procurador da licitante, contendo as condições exigidas nos subitens abaixo, sob pena de desclassificação.

**8.10.** A proposta deverá conter: Razão Social e CNPJ, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG, e cargo na empresa; e ainda as informações bancárias (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento) e ainda:

**8.10.1.** Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

**8.10.2.** Prazo de local da Entrega do Objeto, conforme Termo de Referência;

**8.10.3.** Assistência técnica e garantia, conforme Termo de Referência;

**8.10.4.** Descrição detalhada do objeto, conforme item 2.1.2 deste Edital;

**8.10.5. DAS DECLARAÇÕES (NO PRÓPRIO SISTEMA COMPRASNET):**

- a) Declaração de que se compromete a informar a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº. 02/2010, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.

**8.10.5.1.** Esta declaração deverá ser entregue de forma virtual, ou seja, o fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta, preencherá em campo próprio do Sistema, a qual somente será visualizada pela Pregoeiro(a) na fase de habilitação;



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**8.10.5.2.** Esta declaração deverá ser entregue de forma virtual, ou seja, o fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta, preencherá em campo próprio do Sistema, a qual somente será visualizada pela Pregoeiro(a) na fase de habilitação;

**8.10.5.3.** No ato da solicitação dos documentos de habilitação pela Pregoeiro(a), é facultado à empresa participante, o encaminhamento das declarações, uma vez que as mesmas ficam registradas no sistema COMPRASNET obrigatoriamente, sendo que serão impressas posteriormente caso a Empresa habilitada sagrar-se vencedora dos itens do certame.

**8.11.** Preço unitário e cálculo total de cada item, em algarismos arábicos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital;

**8.11.1.** No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão ser demonstrados na Proposta de Preços (Anexo III do Edital).

**8.12.** O cadastramento e posterior envio da proposta de preços e lances, bem como a concordância na fase de negociação, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**8.13.** A unidade requisitante PODERÁ a qualquer tempo, solicitar documentos complementares para melhor comprovação da especificação dos itens ofertados, sendo que para isso as empresas serão CONVOCADAS formalmente pelo sistema, previamente estabelecido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o encaminhamento.

**8.14.** Na fase de Aceitação da Proposta, o (a) Pregoeiro (a) PODERÁ convocar a licitante do menor lance ou quantas achar necessário, obedecendo a ordem de classificação, para anexar, exclusivamente, em campo próprio do sistema COMPRASNET, sua proposta de preços, atualizada com o valor da última oferta, contendo as exigências do item 8.9e 8.10, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação de sua proposta em caso de descumprimento.

**8.15.** Caso as licitantes, por motivos supervenientes, tenham dificuldade em anexar sua proposta no Sistema COMPRASNET, estas deverão justificar no campo citado as razões do impedimento, as quais serão analisadas pelo (a) Pregoeiro (a), que após o exame enviará mensagem pelo Sistema, informando se aceita ou não a justificativa apresentada.

**8.15.1.** Em aceitando, a licitante deverá enviar sua proposta no prazo remanescente aos 120 (cento e vinte) minutos concedidos, para o e-mail: [celsupelro@gmail.com](mailto:celsupelro@gmail.com), o qual poderá ser retransmitido aos interessados, desde que requerido à Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior (Superintendente da SUPEL/RO), através de e-mail ou ainda, protocolá-la pessoalmente no prédio da SUPEL, no endereço constante do rodapé.

SRN-----



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**8.15.2.** A falta de justificativa ou a sua não aceitação devidamente motivada por parte do (a) Pregoeiro (a) implicará na desclassificação da proposta.

**8.15.3.** Se no preenchimento da proposta, no próprio sistema, a licitante já cumprir com as especificações e teor solicitado para fins de aceitação, sob a exclusiva análise da Pregoeiro(a), esta poderá ACEITAR-LA diretamente, mediante confirmação registrada no Chat Mensagem do valor total da última oferta, procedendo aos devidos cálculos totais se necessário, sendo de responsabilidade do proponente manter a sua proposta ofertada no último lance, sujeitando-se às sanções aplicáveis, sendo dispensada a necessidade de envio do Anexo citado.

**8.15.4.** Caso a empresa envie o original da proposta de preços via “CORREIOS”, recomenda-se que se utilize dos serviços de “SEDEX” (para garantir a obediência do prazo), identificando o envelope com o número do Pregão Eletrônico (para que possa ser prontamente encaminhada à Pregoeiro(a) correspondente), conforme modelo abaixo:

À: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **380/2018/CEL/SUPEL/RO.**  
*RAZÃO SOCIAL E Nº. DO CNPJ DA LICITANTE*

**8.15.5.** Caso o envio da proposta não seja solicitado, o Pregoeiro(a) confirmará sua adjudicação, de acordo com os critérios objetivamente definidos no edital, tomando como fidedignas e verdadeiras as informações e a proposta inserida e validada pela assinatura eletrônica do proponente (senha eletrônica), tendo como base as declarações e a habilitação emitidas e anexadas aos autos, se todos os documentos forem suficientes para caracterizar a legalidade do ato.

**8.15.6.** O não envio da proposta de preços, caso convocada, ou a não manutenção do último lance/proposta, ensejará à licitante as sanções previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão.

## **9. DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.1.** A partir das 10h00min. (horário de Brasília/DF) do dia 05/09/2018 e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente Pregão Eletrônico.

**9.2.** Ato contínuo, o (a) Pregoeiro (a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, o objeto ofertado pelas licitantes, inserido no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do Sistema Eletrônico, confrontando suas características com as exigências do Edital, especialmente quanto ao atendimento do contido no Tópico 8 e seus itens deste edital.

**9.3.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme Edital.

**9.4.** Concluída a etapa de lances, o (a) Pregoeiro (a) poderá convocar as licitantes para cumprir com o disposto no item 8.9 e 8.10 deste Edital (e seus subitens).

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

#### **9.5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP**

- 9.6.** A abertura e o fechamento da fase dos lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro.
- 9.7.** As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.
- 9.8.** A Licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no Sistema.
- 9.9.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.10.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta aparentemente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.
- 9.11.** Sendo efetuado lance aparentemente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 9.11.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 9.11.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta DESCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade;
- 9.12.** Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.13.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.
- 9.13.1.** O Pregoeiro , quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.13.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 9.14.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, determinados pelo Pregoeiro, de acordo com a comunicação às Licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico.
- 9.15.** Decorrido o tempo de iminência, o item entrará no horário de encerramento aleatório do sistema, no máximo de 01 (um) a 30 (trinta) minutos determinados pelo Sistema Eletrônico findo o qual o item estará automaticamente encerrado, não sendo mais possível reabri-lo.

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**9.15.1.** Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às Licitantes observado o mesmo tempo de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos.

**9.16.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

**10. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS**

**10.1.** Concluída a análise das propostas de preços pelo setor requisitante ou pelo(a) Pregoeiro(a), verificar-se-á se a licitante que ofertou a melhor proposta está sediada no Estado de Rondônia.

**10.2.** A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, por meio do Pregoeiro ou do Superintendente, conforme seja o caso, poderá não aceitar e não adjudicar o item ou a proposta cujos preços sejam superiores ao estimado para a contratação, apurado pela Gerência de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL/RO ou da SUGESP/RO.

**10.3.** As convocações serão realizadas via CHAT MENSAGEM do sistema comprasnet.

**10.4.** Caso a licitante seja sediada no Estado de Rondônia, proceder-se-á a negociação de preços, não o sendo, passar-se-á para a fase de concessão de prioridade de contratação para as microempresa e pequenas empresas regionalmente estabelecidas no Estado de Rondônia.

**10.5. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO (DECRETO Nº 21.675/2017).**

**10.5.1.** O Pregoeiro(a) concederá prioridade de contratação de micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente no Estado de Rondônia, até o limite de 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido.

**10.5.2.** Será convocada para exercer o direito a microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Estado de Rondônia mais bem classificada que poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação.

**10.5.3.** A licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos por item para apresentar a proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.

**10.5.4.** Na hipótese de não ser apresentada a proposta, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite de 10% (dez por cento), seguindo a ordem de classificação.

**10.6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

**10.6.1.** Não havendo micro ou pequenas empresas sediadas no Estado de Rondônia, o Pregoeiro (a) poderá negociar os preços ofertados pela demais licitantes.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**10.6.2.** Serão realizadas, sem interrupções, tantas rodadas de negociação quanto forem necessárias para obtenção do melhor preço para a administração através do “chat mensagem” do sistema, podendo o Pregoeiro determinar ao representante, prazo máximo de 5 (cinco) minutos para resposta do chat, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.

**10.6.3.** O Representante que, quando convocado no “chat mensagem” não se manifestar ou não estiver logado no sistema será desclassificado se ocorrer a hipótese do item 12.2, podendo o Pregoeiro convocar a empresa remanescente conforme ordem de classificação, se assim entender.

**10.7.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação aos valores aceitáveis para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das exigências contidas no item 8 e subitens, estando às propostas em conformidade será realizada a aceitação da proposta.

**10.8.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

## **11. DA ACEITAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**11.1.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**11.2.** O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja SUPERIOR ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, ou que esteja acima da meta financeira ou orçamentária estabelecida para o Pregão.

**11.3.** Cumpridas as etapas anteriores, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

**11.4.** Caso não haja lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor máximo estimado para a contratação, observando-se o disposto nos subitens 12.1 e 12.2 deste Edital.

**11.5.** Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor máximo estimado para a contratação, observando-se o disposto nos subitens 12.1 e 12.2 deste Edital.

**11.6.** A proposta que contiver erro de preenchimento na descrição do objeto, nas quantidades ou no preço será desclassificada pelo(a)Pregoeiro(a).

**11.7.** A proposta cujo objeto seja de qualidade inferior ou que contenha especificação que não atenda ao mínimo previsto no edital será desclassificada.

## **12. DA HABILITAÇÃO**



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**12.1.** A habilitação da Licitante será verificada por meio do SICAF e/ou do Cadastro da SUPEL, nos documentos por eles abrangidos, sendo informada e confirmada a Habilitação dos licitantes mediante informação no CHAT MENSAGEM.

**12.2.** Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF ou no Cadastro da SUPEL, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas e documentos eletrônicos, será exigido que o licitante anexe em campo próprio do Sistema COMPRASNET, a documentação de habilitação de maneira integral ou parcial, conforme a necessidade, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, após a convocação do (a) Pregoeiro (a) no sistema eletrônico.

**12.3.** Os documentos de habilitação a serem anexados no sistema deverão ser preferencialmente encaminhados, em arquivo único (Excel, Word, Zip, Rar, doc., JPG ou PDF), conforme solicita o sistema, tendo em vista que o campo e momento de inserção são únicos.

**12.4.** Caso as licitantes, por motivos supervenientes, tenham dificuldades em anexar sua documentação de habilitação no Sistema COMPRASNET, estas deverão justificar no campo citado as razões do impedimento, as quais serão analisadas pelo (a) Pregoeiro (a), que após o exame enviará mensagem pelo Sistema, informando se aceita ou não a justificativa apresentada.

**12.5.** Em aceitando, a licitante deverá enviar sua documentação de habilitação no prazo remanescente aos 120 (cento e vinte) minutos concedidos, para o e-mail: celsupelro@gmail.com ou protocolados fisicamente no endereço da SUPEL (constante do rodapé), o qual poderá ser retransmitido aos interessados, desde que requerido à Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior (Superintendente da SUPEL/RO), através de e-mail OU AINDA, protocolá-la pessoalmente no prédio da SUPEL, no endereço constante do rodapé.

**12.6.** A falta de justificativa ou a sua não aceitação, devidamente motivada por parte do(a) Pregoeiro(a), implicará na inabilitação da licitante.

**12.6.1.** Os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

**12.6.1.1.** No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**12.6.2.** Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

**12.6.3.** Para aceitação das certidões emitidas via internet, as mesmas estarão sujeitos a autenticidade nos respectivos endereços eletrônicos.

**12.6.4.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**12.7.** As microempresas e empresas de pequeno porte<sup>2</sup> deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (Dec. Est. 21.675/2017, art. 4º c/c LC 123/06, art.43).

**12.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, cujo termo inicial será contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, que poderá ser prorrogado por igual período a critério da CEL, para pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**12.7.1.1.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedido a critério da CEL, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**12.7.1.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, desde que motivada.

**12.7.1.3.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista.

**12.8.** Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular ou o instrumento público que não indique expressamente os poderes outorgados por Sócio-Administrador, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

**12.9.** Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**12.10.** Os documentos de habilitação que não possuem data de validade serão considerados válidos pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão, exceto as declarações eletrônicas.

**12.11.** Se a documentação de habilitação não for aceitável (não estiver completa, correta ou contrariar qualquer dispositivo do Edital), o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital, consoante à habilitação da proponente, divulgando-o HABILITADO e oportunizando o prazo recursal.

---

<sup>2</sup>A definição de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte para fins deste Edital é a contida no art. 3º da LC nº. 123 de 14/12/2006 e LC nº: 139 de 10/11/2011 (que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

SRN-----



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**12.12.** O Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento ou confirmação expressa das informações via CHAT MENSAGEM, email ou qualquer outro meio eficiente diligencial, sempre que houver dúvida e julgar necessário.

**12.13.** Uma vez convocada, a licitante, obrigatoriamente, deverá atender a todas as exigências de habilitação.

**12.14.** Caso a Licitante deixar de atender a convocação ou a quaisquer das exigências, a mesma será INABILITADA PARA OS DEMAIS ITENS E/OU LOTES VENCIDOS, POSTERIORES À PRIMEIRA CONVOCAÇÃO.

**12.14.1.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET, DESDE QUE ATENDIDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS, TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, A QUAL A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO, INCLUSIVE PARA OS DEMAIS ITENS, POSTERIORMENTE NEGOCIADOS no mesmo certame.

**12.15.** Caso a empresa envie o original da Documentação de Habilitação via “CORREIOS”, recomenda-se que se utilize dos serviços de “SEDEX” (para garantir a obediência do prazo), identificando o envelope com o número do Pregão Eletrônico (para que possa ser prontamente encaminhada à Pregoeiro(a) correspondente), conforme modelo abaixo:

---

**À: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 380/2018/CEL/SUPEL/RO.**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº. DO CNPJ DA LICITANTE**

---

**12.15.1** O não envio dos documentos de habilitação (se convocada), tornará a proponente INABILITADA e poderá ensejar à licitante as sanções previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão.

**12.16.** Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar (ou manter atualizados, para consulta, conforme o caso, no SICAF, Cadastro da SUPEL e órgãos emitentes) os documentos a seguir relacionados, atendendo ao especificado e no prazo de validade, sob pena de inabilitação e sujeição às penalidades previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão:

**12.16.1. DA QUALIFICAÇÃO JURIDICA:**

**12.16.1.1** Cédula de Identidade

**12.16.1.2** Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto solicitado.

**12.16.1.3.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto solicitado;



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**12.16.1.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**12.16.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **12.16.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**12.16.2.1** Comprovar-se-á a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal ou distrital, conforme o caso, relativa à sede e domicílio da contratada, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;
- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Nacional (unificada da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS, relativamente às Contribuições Sociais);
- b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da Licitante;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da Licitante; e
- d) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea “a”, do artigo 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado.

### **12.16.2.2. Da Regularidade Trabalhista**

**12.16.2.2.1.** Comprovar-se-á a regularidade trabalhista mediante apresentação da Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011, Art. 642-A).

**12.16.2.2.2.** Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa

**12.16.2.2.3** Essas certidões poderão ser substituídas pelo SICAF e pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DA SUPEL – CRC, também serão aceitas certidões de regularidade fiscal POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVAS.

## **12.16.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA**

**12.16.1.** A Qualificação Econômico-Financeira da licitante será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**12.16.1.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, de forma a demonstrar capital social ou patrimônio





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado para o total dos itens em que oferecer proposta.

**12.16.1.2.** Não demonstrado o capital social ou patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) de que trata o subitem anterior, ***fica a licitante obrigada à prestação de garantia***, nos termos do item 21 deste Termo de Referência.

**12.16.1.3.** Certidão negativa de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) expedida pelos cartórios distribuidores de sua sede, nos últimos 60 (sessenta) dias;

**12.16.2.** A empresa em funcionamento há menos de um exercício financeiro deve cumprir a exigência do subitem **12.16.1.1**, mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

**12.16.3.** São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

I - Publicado em Diário Oficial;

II - Publicado em jornal de grande circulação; ou

III - Por cópia do Livro Diário, ou fotocópia devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma do art. 6º da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro em questão.

**12.16.4** Em consonância com a orientação técnica mencionada, por tratar-se de objeto que não envolve maior complexidade e com valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00, vislumbra-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Assim, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica, econômica-financeira e fiscal-trabalhista da empresa.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Qualquer Licitante poderá, durante a sessão pública, imediatamente após a divulgação da vencedora, de forma motivada e sucinta em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

**13.2.** O (a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente quanto à aceitação ou rejeição da intenção de interpor recurso, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de acordo com a análise das razões explicitadas.

**13.3.** Será concedido à Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso aceita pelo(a) Pregoeiro(a), o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, opcionalmente,



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

apresentarem contra-razões, em campo próprio do Sistema Eletrônico, em igual prazo, que se iniciará com o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**13.4.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na decadência do direito de recurso.

**13.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, podendo o(a) Pregoeiro(a) retornar às fases necessárias para efetivar a reconsideração.

**13.6.** A decisão do(a) Pregoeiro(a) a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

**13.7.** A decisão do(a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente serão informadas em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

**13.8.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, situada no endereço constante do rodapé.

**13.9.** Assegura-se, ainda, o direito de interpor recurso contra a decisão de:

- a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;
- b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

**13.9.1.** Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

**13.9.2.** A intimação dos atos referidos no subitem 13.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes vencedoras do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**13.9.3.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

**13.10.** Os recursos de que tratam as alíneas “a” e “b” do subitem 14.9 serão dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** A adjudicação do objeto será viabilizada pelo (a) Pregoeiro (a) quando não houver recurso administrativo.

**14.2.** Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente da SUPEL que decidi-lo.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**14.3.** A homologação da licitação será de responsabilidade da Autoridade Competente (Ordenador de Despesas) e só poderá ser realizada em ato posterior à adjudicação.

**14.4.** A classificação dos lances apresentados, o resultado da licitação e da adjudicação, bem como as demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constará de ata e documentos divulgados no Sistema Eletrônico do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1 Assinar/Retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

15.2 Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega dos materiais à Contratante conforme as especificações do objeto, condições, prazos estipulados neste instrumento, com as devidas garantias inclusas, se houver, não podendo repassar nenhum dos itens adjudicados a outra empresa;

15.3 Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao manuseio, embalagem e transporte do objeto, desde a fábrica até o local de entrega previsto neste instrumento;

15.4 Substituir a mercadoria, no prazo de até 05 (cinco) dias, após notificação formal, que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

15.5 Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, no prazo de 1 (um) dia útil, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

15.6 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 65, da Lei Federal 8.666/93, sendo os mesmos, objeto de exame da Assessoria Jurídica da FUNCER;

15.7 Responsabilizarem-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;

15.8 Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;

15.9 Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará o não pagamento à Contratada, até a sua regularização;



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

15.10 Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento do objeto da aquisição;

15.11 Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação durante a execução contratual.

15.12 A contratada não poderá realizar a subcontratação, conforme conta na Lei 8.666/93 do Art. 40 da Lei Federal.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1 Efetuar o recebimento dos materiais verificando se estão em conformidade com o solicitado;

16.2 Comunicar imediatamente à Contratada, qualquer irregularidade verificada por ocasião do recebimento do material, tomando providências necessárias para sua devolução, se for o caso;

16.3 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas;

16.4 Comunicar ao órgão Gerenciador eventual irregularidades constatadas no atendimento do objeto da licitação;

16.5 Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

17.2 Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

17.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFOR.



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

17.4 A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

17.5 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

17.6 A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

17.7 São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005:

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Apresentação de documentação falsa;
- Comportamento inidôneo;
- Fraude fiscal;
- Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

17.8 As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

17.9 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause	06	4,0% por

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.			dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0%	por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2%	por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2%	por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6%	por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4%	por dia
7.	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de Cartão/ equipamento/software; por ocorrência.	02	0,4%	por dia
8.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2%	por dia
9.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2%	por dia
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>				
10.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0%	por dia
11.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2%	por dia
12.	Efetuar a restauração do sistema e reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6%	por dia
13.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8%	por dia
14.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8%	por dia
15.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por	02	0,4%	por dia

SRN-----





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	ocorrência.		
16.	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em numero mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	04% por dia
17.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
18.	Fornecer as senhas e relatórios exigidos para o objeto, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
19.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
20.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
21.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
22.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia
23.	Fornecer suporte técnico à Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia

**\* Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.**

17.20 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.21 Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

17.22 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

17.23 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

17.24 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.25 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

17.26 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**UG: 16.031 - FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER**

**P/A: 16.031.13.392.1132.2247** - Gerenciar a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto

**Fonte do Recurso:** Tesouro Estadual - Fonte: **0100.**

Elemento de Despesa: **44.90.52** - Material Permanente

#### **19. DO PAGAMENTO:**

19.1 O pagamento à Contratada será feito no prazo de até 30 (trinta) dias, através de Ordem Bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente, desde que os materiais estejam em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável ao fornecedor vencedor.

19.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos materiais fornecidos, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/1993 e vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- a. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c. Certidão Negativa de Débitos com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS);
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- f. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

19.3 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa para as necessárias correções, com as

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a FUNCER.

19.4 A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

19.5 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como relativa à sua regularidade fiscal.

19.6 Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

19.7 A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas na FUNCER.

19.8 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**20.1.** As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## **21. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

21.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

21.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

21.3 A verificação da adequação da execução do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

21.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

21.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.8 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

21.9 A fiscalização da execução do contrato abrange, ainda, as seguintes rotinas:

21.9.1 Acompanhar o profissional durante a execução das atividades;

21.9.2 Verificar, por meio de instrumentos de controle e visualmente, se o contrato foi executado de forma adequada;

21.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer

SRN-----



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 22.1 Fica assegurado que esta Licitação poderá ser revogada ou anulada a qualquer tempo, no todo ou em parte, por interesse da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato; ou por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, porém com ciência dos participantes, obedecendo ao disposto no Decreto nº. 12.205/2006.
- 22.2 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.
- 22.3 Ao(à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 22.4 Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 22.5 Após apresentação da proposta de preços e dos lances, não caberá desistência destes, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro(a).
- 22.6 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado como proposta de preços.
- 22.7 Adjudicação do Objeto desta licitação não implicará direito à contratação do objeto por parte das Secretarias participantes do presente Certame.
- 22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.
- 22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que, sob exclusiva análise do (a) Pregoeiro (a) ou Autoridade Competente, seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

- 22.10 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse das Secretarias participantes, finalidade e segurança da contratação.
- 22.11 Nos termos do artigo 62 *caput* e § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, faculta-se à Administração a substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, desde que não resultem em obrigação futura ou assistência técnica, não ensejando, portanto, a necessidade de anexar a respectiva Minuta ao Edital, tampouco desconsiderando as responsabilidades já compromissadas e de tais documentos, inclusive com relação à garantia contra defeitos de fabricação.
- 22.12 O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 22.13 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, do Art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 22.14 As empresas participantes deste certame deverão observar, considerando o objeto a ser licitado, à aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável nas contratações públicas, em conformidade com o Decreto Estadual n. 21.264/2016”
- 22.15 As omissões, dúvidas e casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos Estaduais nº 10.898/2004 e 12.205/2006, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente.
- 22.16 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 22.17 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, em seguida o Termo de Referência, a Minuta da Ata e por último os demais Anexos.
- 22.18 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO ou através do e-mail [celsupelro@gmail.com](mailto:celsupelro@gmail.com).
- 22.19 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será sempre o da Comarca de Porto Velho/Rondônia.

**23. DOS ANEXOS:**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO





**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**20.2.** Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**Anexo I** – Termo de Referência;

**Anexo II** – Quadro Estimativo de Preços;

**Anexo III** – Proposta Comercial (Preços);

**Anexo IV** – Minuta do Contrato;

**Anexo V** - Declaração de Aceitação das Condições do Edital.

**Porto Velho, 09 de agosto de 2018.**

**IAN BARROS MOLLMANN**

Pregoeiro da Comissão Especial de Licitações – CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 380/2018/CEL/SUPEL/RO**

**EDITAL – ANEXO I**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**

#### **1.0 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

**1.1. Unidade Orçamentária:** Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

**1.2. Requisitante:** Diretoria Administrativa e Financeira – DAF/FUNCER.

**1.3. Solicitante:** Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto - FUNCER

#### **2.0 APRESENTAÇÃO:**

**2.1.** O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento iniciado com o objetivo de prover a contratação de empresa especializada no ramo, objeto deste, nos termos da Legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei nº 8.666/93; no Art. 3º, I a III da Lei nº 10.520/02; nos incisos I e II do Art. 8º do Anexo I do Decreto Federal nº 3.555/00 no Art. 9º, I a IV do Decreto Federal nº 5.450/05, e demais dispositivos aplicáveis.

**2.2.** Sua elaboração leva em consideração as regras e diretrizes para contratação de serviços no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, com base nos decretos nº 12.205/2006, 12.234/2006, 21.264/2016 e 21.675/2017; utilizando-se, subsidiariamente, do disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, naquilo que não contraria as decisões e orientações anotadas pelos órgãos fiscalizatórios.

**2.3.** Com base, ainda, nas experiências e contratos anteriores, definimos aqui o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os estudos preliminares, até a assinatura e fiscalização do contrato.

#### **3.0 OBJETO:**

Aquisição de material permanente como para atender as necessidades da Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, equipamento cultural sob gestão da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

#### **3.1 Detalhamento do objeto:**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

As especificações e quantitativos abaixo relacionados são oriundos da lista de materiais no doc. [1279232](#) do protocolo [0013.090046/2018-09](#).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<b>SISTEMA RFID (ANTIFURTO)</b> 1) Portais Os portais são instalados na saída da biblioteca formando um ou mais corredores de passagem, desempenhando a função de segurança antifurto. 2) Leitores Manuais São leitores RFID portáteis, os quais possuem importantes funções: • Rastreamento / Pesquisa dos acervos solicitados; • Inventário do acervo; • Levantamento estatístico dos acervos consultados. 3) Leitores de Mesa São os leitores RFID que ficam conectados nas estações de trabalho dos funcionários. Estes leitores possuem diversas funções: • Edição e atualização do registro do cliente; • Adicionar e excluir do registro do cliente; • Gerar relatórios particulares através do histórico dos empréstimos; • Armar/Desarmar o EAS dentro do material da biblioteca; • Empréstimo/Devolução/Renovação para aqueles clientes que optam por não usar o sistema de auto-atendimento; • Gravação dos dados nos identificadores. 4) Terminais de Auto-Atendimento Um tipo de Terminal bastante inovador que dá a capacidade para os usuários fazerem autonomamente as operações de empréstimos, devoluções e renovações. Um ponto importante para a produtividade da biblioteca, o qual evita as longas filas e diminui a necessidade de muitas estações de atendimento pessoal. Geralmente estão instalados em locais estratégicos provendo serviços de 24 horas para devolução.	UND	01
02	<b>COMPUTADOR DESKTOP</b> , com as características mínimas: processador deverá possuir no mínimo 4 (quatro) núcleos de processamento e 4 (quatro) threads com 6MB de memória cachê no mínimo. BIOS: Firmware deve ser passível de atualização e suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE; possuir campo editável que permita	UND	10

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

<p>inserir numero de patrimônio e recursos de controle de acesso por Senha. Memória Ram 8GB DDR4 2133MHz, expansível até 64GB; Disco Rígido (HD) de 1 TB (Um Terabyte) ou superior com velocidade mínima de 7.200RPM; Unidade gravador de DVD/RW (todos os tipos de mídias); Interface USB 2.0 e USB 3.0: integrada à placa principal (on board), com no mínimo 2 conectores USB 3.0. Saídas: VGA/HDMI e DVI; Monitor de vídeo: Tela LED Widescreen com tecnologia LED de pelo menos 18,5"; Placa de rede: Com suporte às velocidades de 10/100/1000bps Gigabit, full duplex e Wake-on-Lan, com conector externo do tipo RJ45; Teclado padrão ABNT2 com teclas Multimídia; Mouse Óptico. Observações: Devem acompanhar o equipamento os seguintes softwares e acessórios: Sistema operacional Microsoft Windows 10 64 bits versão profissional e Pacote Microsoft Office (deve acompanhar mídia/CD de instalação) e licença de uso, Software de gerenciamento inteligente do próprio fabricante do hardware, Software: Deverá acompanhar Microsoft Office Home &amp; Business 2010 ou superior, com licença de uso e mídia de instalação. Todos os drives necessários para o pleno funcionamento do equipamento. O fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica autorizada do fabricante na cidade de Porto Velho (devidamente comprovado); O fabricante ou a empresa que prestará a assistência técnica ao equipamento deverá dispor de um número telefônico para suporte técnico e abertura de chamados técnicos; Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web-site do fornecedor do equipamento; A empresa ou o fabricante do equipamento deverá fazer a entrega dos manuais do usuário e referência técnica contendo todas as informações sobre o produto e seus componentes, com instruções para a instalação, configuração e uso em português e/ou inglês. Prazo de</p>		
--	--	--

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	Garantia mínima de 3 anos, com atendimento onsite, para todos os componentes e peças.		
03	<b>NOBREAK BIVOLT:</b> Equipamento de Alimentação Ininterrupta de Energia 1200VA/600W com entrada 115/127/220V e saída 115V. Especificação Técnica, Nº Tomadas: 8 Potência: 1200 VA Autonomia: 30 minutos (ou superior) Voltagem: 110/220 volts. Com manual e garantia mínima de 1 ano.	UND	10
04	<b>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL</b> , com as seguintes especificações: imprimir, copiar, digitalizar, fax, velocidade de impressão de até 18ppm, ciclo de trabalho (mensal A4): até 8000 páginas, tecnologia de impressão: Laser, qualidade de impressão: até 600x600 dpi, velocidade do processador: 300mhz. Memória: 64MB. Tipo de scanner: base plana, alimentador automático de documentos, resolução de digitalização óptica ate 1200dpi; Velocidade de cópia (preto, qualidade normal, A4 até 18 com conectividade padrão: Porta USB 2.0 de alta velocidade, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, Porta RJ-11 para telefone. Com garantia mínima 12 meses do fabricante, <b>com fornecimento de suprimento: 12 (doze) cartucho de toner compatível para o período de 12 meses.</b>	UND	01
05	<b>IMPRESSORA TÉRMICA</b> Método de impressão: Térmica Velocidade de impressão: 250 mm/seg para texto e para gráfico Velocidade de avanço de papel: 59 IPS Interface de comunicação: USB (Padrão) Serial RS232 Ethernet Wi-Fi Tabela de caracteres: CODE 437, CODE 850, CODE 858, CODE 860, CODE 862, CODE 864, CODE 866 Número de caracteres por linha: 24, 32, 48, 64 ou 21, 28, 42, 56 Modo de impressão: Normal, expandido na horizontal ou vertical, expandido na vertical e horizontal, enfatizado, itálico, invertido, negrito,	UND	02

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	sublinhado e gráfico Vida útil da cabeça de impressão: 200 km Alimentação: 100 a 240 VAC (externa) @ 50 a 60 Hz Drivers e software: Windows 95 / 98 / ME / NT 4.0 / 2000 / XP / Vista / 7 / JAVAPOS / OPOS / DLL (Windows) / SO (Linux) / Driver de Spooler Acionamento de gaveta: 1 Conector com capacidade para duas gavetas Corte de papel: Guilhotina Vida útil: 2 milhões de cortes Sensores: Fim de papel Próximo do fim de papel Tampa aberta Temperatura da cabeça de impressão Dimensões do papel: Largura: 58 a 82,5 mm, Espessura: 56 a 107 µm Diâmetro externo da bobina: Máx. 102 mm Condições ambientais: Temperatura de operação: 0° a 50° C Umidade de operação: 10 a 90% Dimensões (Altura x Largura x Profundidade): 146 x 150 x 218 mm Peso: 1,2 kg Garantia: 12 meses Interface Wi-Fi Interface Serial Interface Ethernet, <b>com fornecimento de suprimento: 48 (quarenta e oito) bobinas térmicas de 40 (quarenta) metros compatível para o período de 12 meses.</b>		
06	<b>LEITOR DE CÓDIGO DE BARRA PORTÁTIL</b> Tecnologia: Linear CCD 2.500 pixel Fonte de luz: LED Vermelho 625 nm Velocidade de leitura: 150 leituras/seg Profundidade do campo (distância de leitura): 0 ~ 90 mm Resolução: 3 mils (0,076 mm - tamanho mínimo da barra reconhecida pelo leitor) Contraste de impressão: 25% @ UPC/EAN 100% Indicadores de LED: Azul e vermelho Operações programáveis: Tom Volume e tempo de duração do bipe Modo de leitura do botão gatilho Tipo de término de mensagem Tipo de idioma	UND	02
07	<b>FONE DE OUVIDO</b> com sistema acústico fechado; resposta em frequência 10 - 22.000 hz; impedância 24 ohm; tipo de ímã neodímio; entrada de energia máxima 1000 mw; sensibilidade 106 db; diâmetro da caixa acústica 32 mm; diafragma pet;	UND	10

SRN-----





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	inserção dinâmica; conexão por cabo; conector 3,5 mm.		
08	<b>SCANNER</b> com software de captura pra documentos até tamanho A4 (TIPO I). Especificações Mínimas Resolução de saída: 600 dpi (mínimo) Modo de digitalização: Simplex (frente) e Duplex (frente e verso) através do alimentador automático (ADF/AAD); Capacidade do Alimentador (ADF/AAD): 50 folhas (mínimo) Velocidade Mínima: 60ppm/120ipm a 200 e 300 dpi em preto e branco Conectividade: USB 2.0 (mínimo) Ciclo de Trabalho: 5.000 folhas / dia (mínimo) Tamanho de documento: Permitir até tamanho A4 (210 mm x 297mm) (mínimo) Gramatura do papel: Permitir papel com gramatura entre 41 a 210g/ m² Alimentação de energia: Bivolt 110/220v Outros: Deve vir acompanhado o de software OCR que grave nos seguintes formatos ODT ou DOC e PDF Pesquisável Garantia: On Site Repair 3 anos (trinta e seis meses).	UND	02
09	<b>PORTA BANNER</b> , Com Ponteira chanfrada para encaixe do cordão do banner; Pés articulados e haste telescópica, com dois estágios; regulagem de altura de 1,00m a 2,50m, para banner com altura de até 2,20m.	UND	06
10	<b>WEBCAM</b> Câmera de vídeo digital (WebCam) para PC; Capacidade de capturar vídeos coloridos ao vivo de 16,7 milhões de cores, com resolução de captura de vídeo de no mínimo 640 x 480 pixels; Resolução de captura de imagem mínima de 1.3 MP; Taxa de quadros mínimos de 30 fps (640 x 480); Lente com foco ajustável; Sensor CMOS de alta qualidade; Microfone embutido; Interface USB com detecção automática (Plug & Play); Base para fixação em monitores; Deverá incluir todos os cabos e dispositivos necessários à conexão ao microcomputador.	UND	02
11	<b>PLASTIFICADORA</b> - Plastificação com	UND	01

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	polaseal de 005 a 010 (125 a 250 micra) em papéis até 420 g/m <sup>2</sup> ou 0,50 mm de espessura máxima. Para serviços de plastificação diversificados e intensos. Plastifica polaseal com papel sintético A4, <b>com fornecimento de suprimento: 1.200 (mil e duzentos) polaseal em papel sintético em formato A4, compatível para o período de 12 meses.</b>		
12	<b>TATAME INFANTIL</b> - Kit com 16 Peças Varias Cores Tatame Eva Infantil 50x50 Cm 10 Mm.	UND	02
13	<b>DESUMIDIFICADOR</b> - Capacidade de desumidificação 18L/dia (27oC 60% de UR) 30L/dia (30oC 80% de UR) 30L/dia (27oC 60% de UR) 50L/dia (30oC 80% de UR) Voltagem 110V ou 220V/60Hz 110V ou 220v/60Hz Potência 365W 385W Corrente 3,3A 3,5A Gás refrigerante R407C/500g R407C/600g Temperatura 5 oC ~ 32oC 5 oC ~ 32oC Pressão máxima de descarga 3,5MPa 3,5MPa Pressão máxima de sucção 1,0MPa 1,0MPa Peso líquido 28kg 21kg Dimensão 350 X 455 X 603 mm 350 X 455 X 603 mm.	UND	01
14	<b>FOGÃO DE 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO – LINHA INOX</b> - Descrição: Volume do forno: 62,3 litros; Classificação Energética: Mesa/ forno: A/B; Mesa: Queimador normal (1,7 kW):3; Queimador família (2 kW):1. Forno: Queimador do forno 2,4. Dimensões aproximadas: 87x 51x 63 cm (AxLxP); Peso aproximado: 28,4 Kg.	UND	01
15	<b>BOTIJÃO DE GÁS</b> - Vasilhame de 13KG, com carga, residencial. Dimensões aprox. 360 x 460mm.	UND	02
16	<b>GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 410L – LINHA BRANCA</b> Capacidade Total de Armazenamento: 410 L Capacidade aproximada Líq. Congelador: 100L Capacidade aproximada Líq. Refrigerador: 310 L Capacidade Total Bruta:	UND	01

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	400 L Tensão: 110V ou 220V Frequência: 60 Hz Consumo: 58,1 KWh/mês (110V) Consumo: 58,1 KWh/mês (220V) Cor: branco Dimensões aproximadas: 186, 5x70, 2x73,3cm (AxLxP).		
17	<b>PROJETOR MULTIMÍDIA</b> - Características mínimas exigidas: Projetor HD de Mesa com Resolução: acima de 15 milhões de cores, mínima 800 x 600 SVGA. Luminosidade: mínima de 3000 lúmens de brilho; Lâmpada: Consumo máximo de 200 W, duração de lâmpada mínimo de 4000 horas; Conexões: VGA, Vídeo composto (1 RCA), S-vídeo, Vídeo; Componente: (compartilhado com entrada VGA), Áudio (RCA), USB tipo B, HDMI. Alto falante de no mínimo 1,5 W. Cabo de energia, Controle remoto; Cabo VGA, Cabo USB; Bolsa para transporte. Voltagem: Bivolt.	UND	01
18	<b>MURAL EM VIDRO TEMPERADO</b> – Instalado em parede; dimensão 1mt x 2mt.	UND	01

#### 4.0 JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural do Estado de Rondônia – FUNCER, foi criada por meio da Lei Complementar n. 965/17, de 20 de dezembro de 2017, para gerir os equipamentos culturais do estado, tais como: Teatro Palácio das Artes; Teatro Guaporé; Casa da Cultura “Ivan Marrocos”; Museu da Memória Rondoniense e Biblioteca Pública Estadual “José Pontes Pinto”. Estando vinculada à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, aonde buscará estruturar fisicamente e organizacionalmente esses equipamentos culturais com o propósito de atender as necessidades de ocupação dos mesmos, possibilitando maior conforto ao público, artistas e demais ocupantes. Os teatros estaduais iniciaram suas atividades artísticas quando da criação da Fundação Palácio das Artes de Rondônia – FUNPAR, por meio da Lei Complementar n. 773, de 20 de maio de 2014 e de sua inauguração oficial em 25 de setembro de 2014 com participação de artistas locais e de renome nacional cujos trabalhos foram prestigiados por convidados, autoridades e população em geral. Porém, os teatros foram abertos à comunidade rondoniense e brasileira com estrutura física e equipamentos insuficientes para possibilitar aos espetáculos a qualidade necessária a seus trabalhos.

O Teatro Guaporé possui capacidade para 236 (duzentos e trinta e seis) pessoas, podendo receber ocupações no hall de entrada e foyer. No ano de 2017 foram registradas 30 atividades no referido teatro, onde em sua maioria houve lotação da

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

casa em cada espetáculo/evento. Somado à quantidade de público a equipe de produção/cerimonial envolvida em cada espetáculo/evento têm-se em média 252 (duzentos e cinquenta) pessoas, num total anual de 7.562 (sete mil, quinhentos e sessenta e dois) usuários do equipamento cultural.

O Teatro Palácio das Artes possui capacidade para 916 (novecentos e dezesseis) lugares na platéia e 94 (noventa e quatro) nos camarotes destinados à FUNCER. No ano de 2017 foram registradas 95 atividades no teatro, com uma média de público de 853 (oitocentos e cinquenta) pessoas na platéia por espetáculo/evento. Os camarotes foram ocupados em sua totalidade na maioria dos espetáculos. Somado à quantidade de público a equipe de produção/cerimonial envolvida em cada espetáculo/evento têm-se em média 900 (novecentas) pessoas por ocupação, perfazendo um total anual de 85.500 (oitenta e cinco mil e quinhentas) pessoas entre usuários e equipes de produção.

Em ambos os espaços artísticos foram levantadas necessidades de estruturação dos espaços, oferecendo conforto, segurança, favorecendo a logística dos eventos, priorizando as demandas artísticas, conforme Resolução nº 001/14 do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC. Agrega-se a isto o fato de os dois espaços artísticos realizarem eventos ao mesmo tempo, o que inviabiliza atender as produções no que tange às suas necessidades técnicas, principalmente.

No exercício de 2015, foi criado um Projeto Atividade no Plano Plurianual – PPA da Unidade Gestora 16.0004 – SEJUCEL, com o propósito de alocar recursos orçamentários e financeiros para **aquisição de material de consumo e permanente e contratação de serviços** para conservação e manutenção dos equipamentos culturais e equipar as instalações da FUNPAR.

O Complexo da FUNPAR compreende a Administração, o Teatro Palácio das Artes e o Teatro Guaporé, abrangendo uma área de 14.033,29 m<sup>2</sup>, sendo 6.449,56 m<sup>2</sup> de área construída para limpeza, higienização e manutenção de 89 dependências, entre banheiros, palcos, platéias, escadas, camarins, áreas de circulação, salas, vidros, espelhos, etc. e 1.246 poltronas fixas nas platéias.

Com a criação da Unidade Gestora FUNCER e extinção da FUNPAR, por meio da Lei Complementar n. 965/17, de 20 de dezembro de 2017 e da Lei n. 4.231/17 - LOA, de 28 de dezembro de 2017, os equipamentos culturais subordinados à Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, foram transferidos para a responsabilidade da FUNCER no que tange à Gestão e custeio das despesas que deverão ser realizadas para o perfeito funcionamento desses equipamentos.

Dessa forma, pode ser observada a real necessidade de estruturação em termos de aquisição de equipamentos e materiais e contratação de serviços que venham a atender as demandas da FUNCER, enquanto **Órgão Gestor** dos equipamentos culturais do Estado de Rondônia, visando aprimorar cada vez mais as possibilidades de ocupação artística desses espaços.

Contudo a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto será reinaugurada. Desta forma, faz se necessária a sua estruturação para um atendimento de forma satisfatória e

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

eficiente principalmente aos usuários da mesma, como também aos funcionários. É importante destacar a importância de uma biblioteca pública bem estruturada com equipamento adequados para a sociedade e relevância de seu papel social. Traz a observação da relação de interação entre informação e conhecimento processada na mente dos usuários, sob os auspícios da Ciência da Informação. O lugar da biblioteca pública na sociedade, seu papel fomentador da leitura e da cultura e a relação intrínseca com a comunidade, gerando conhecimento e favorecendo a cidadania são aspectos respaldados pelos ditames desta FUNCER, que traz a biblioteca pública como porta de entrada para o conhecimento. Por fim, propõe a reflexão e a promoção de meios culturais de incentivo à leitura, como condições favoráveis para a criação de relações entre a comunidade usuária, proporcionando à biblioteca pública, condições apropriadas para firmar seu papel enquanto fomentadora da cultura na sociedade.

## 5.0 MEMÓRIA DE CÁLCULO:

### 5.1. Dos itens em geral

IT E M	PRODUTO	UNID ADE	QUANT IDADE	CRITÉRIO PARA ESTIMATIVA/JUSTIFICATIVA	ESTIM ATIVA DE CONSUMO P/ 12 MESES	Quant idade Existe nte
01	<b>SISTEMA RFID (ANTIFURTO)</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Conforme Croqui <a href="#">1279241</a>	01	0
02	<b>COMPUTADOR DESKTOP</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	10	Para atender aos usuários da Biblioteca na área de Computação conforme Croqui <a href="#">1279241</a> .	10	0
03	<b>NOBREAK BIVOLT</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do	UND	10	Tendo em vista a estimativa de Desktop, faz se necessário 01 Nobreak para cada máquina.	10	0

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	objeto).					
04	<b>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Administrativo = 01 Conforme Croqui <a href="#">1279241</a> .	01	0
05	<b>IMPRESSORA TÉRMICA</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Recepção: 02	02	0
06	<b>LEITOR DE CÓDIGO DE BARRA PORTÁTIL</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Recepção: 02	02	0
07	<b>FONE DE OUVIDO</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	10	Tendo em vista a estimativa de Desktop, destina-se 01 fone de ouvido para cada máquina.	10	0
08	<b>SCANNER</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Recepção: 01 Administrativo: 01	02	0
09	<b>PORTA BANNER</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	06	Para posicionamento de banner de divulgação e propaganda na realização e recepção de eventos.	06	0

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

10	<b>WEBCAM</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Recepção: 02	02	0
11	<b>PLASTIFICADO RA</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Recepção: 01	01	0
12	<b>TATAME INFANTIL</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Para realização de eventos na área infantil.	02	0
13	<b>DESUMIDIFICADOR</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Acervo: 01	01	0
14	<b>FOGÃO DE 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Copa: 01 Conforme Croqui <a href="#">1279241</a> .	01	0
15	<b>BOTIJÃO DE GÁS</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	02	Copa: 02 Conforme Croqui <a href="#">1279241</a> .	02	0
16	<b>GELADEIRA DE USO</b>	UND	01	Copa: 01 Conforme Croqui <a href="#">1279241</a> .	01	0

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	<b>DOMÉSTICO FROSTFREE 410L</b> , conforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).					
17	<b>PROJETOR MULTIMÍDIA</b> , c onforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Utilização em cursos, sala de multimídias e em reprodução de videos e filmes.	01	0
18	<b>MURAL EM VIDRO TEMPERADO</b> , co nforme especificação no item 3.1 (Detalhamento do objeto).	UND	01	Recepção: 01	01	0

**5.2. Previsão de suprimentos para as Impressoras** (Atendendo à sugestão no Ofício 642 [1431889](#))

IT E M	PRODUTO	UNID ADE	QUANTI DADE	CRITÉRIO PARA ESTIMATIVA/JUST IFICATIVA	ESTIMA TIVA DE CONSU MO P/ 12 MESES	Quanti dade Existe nte
01	<b>Cartucho</b> co mpatível para impressora multifuncion al com fornecimento de suprimentos,	UND	12	Considerando que o rendimento do cartucho seja 1.500 fls.  75 fls. Diária x 5 dias= 375 fls. semanal x 4 semana= 1.500 folhas, ou seja 01 cartucho mensal x 12 meses= 12 cartuchos anual	12	0

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	conforme descrita no subitem 04 do item 03.1 (Detalhamento do Objeto).					
02	<b>Bobina</b> compatível com a "impressora Térmica" com fornecimento de suprimentos, conforme descrita no subitem 05 do item 03.1 (Detalhamento do Objeto).	UND	48	Considerando bobina de 40 metros.  Etiqueta de 10 cm x 2 vias= 20cm x 40 impressões diárias= 8mt diário x 5 dias= 40mt semanal x 4 semanas = 160mt mensal x 12 meses= 1920mt ou 48 bobinas.	48	0
03	<b>Polaseal</b> em papel sintético em formato A4 compatível com a "Plastificadora" com fornecimento de suprimentos, conforme descrita no subitem 11 do item 03.1 (Detalhamento do Objeto).	UND	1.200	5 polaseal /dia x 5 dias= 25/semana x 4= 100/mês x 12= 1.200/ano.	1.200	0

**6.0 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

## **6.1 Da Qualificação Técnica**

**6.1.1** A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 3º da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL.

*Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:*

*I – até 80.000,00 (oitenta mil reais) - fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;*

*II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características;*

*III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;*

*Parágrafo único. Não se aplica a regra do inc. I, aplicando-se a regra do inc. II deste artigo, quando tratar da aquisição de bens e materiais de natureza mais complexas tais como equipamentos médicos, odontológicos, de segurança, eletrônicos, computacionais.*

**6.1.2** Em consonância com a orientação técnica mencionada, por tratar-se de objeto que não envolve maior complexidade e com valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00, vislumbra-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Assim, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica, econômica-financeira e fiscal-trabalhista da empresa.

## **6.2. Habilitação Jurídica**

### **6.2.1. Cédula de Identidade**

**6.2.2.** Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto solicitado.

**6.2.3.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto solicitado;

**6.2.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**6.2.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **6.3. Da Qualificação Econômico-Financeira**

**6.3.1.** A Qualificação Econômico-Financeira da licitante, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**6.3.1.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, de forma a demonstrar capital social ou patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

**6.3.1.1.1.** Não demonstrado o capital social ou patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) de que trata o subitem anterior, ***fica a licitante obrigada à prestação de garantia***, nos termos do item 21 deste Termo de Referência.

**6.3.1.2.** Certidão negativa de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) expedida pelos cartórios distribuidores de sua sede, nos últimos 60 (sessenta) dias;

**6.3.1.3.** A empresa em funcionamento há menos de um exercício financeiro deve cumprir a exigência do subitem **6.3.1.1**, mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

**6.3.2.** São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

I - Publicado em Diário Oficial;

II - Publicado em jornal de grande circulação; ou

III - Por cópia do Livro Diário, ou fotocópia devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma do art. 6º da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro em questão.

### **6.4. Da Regularidade Fiscal**

Comprovar-se-á a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal ou distrital, conforme o caso, relativa à sede e domicílio da contratada, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Nacional (unificada da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS, relativamente às Contribuições Sociais);
- b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da Licitante;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da Licitante; e
- d) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea “a”, do artigo 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado.

### **6.5. Da Regularidade Trabalhista**

**6.5.1.** Comprovar-se-á a regularidade trabalhista mediante apresentação da Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011, Art. 642-A).

**6.5.2.** Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

## **7.0 DA GARANTIA:**

7.1. A garantia do produto é do fabricante em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/1990 e suas alterações, onde a licitante vencedora deverá prestar assistência técnica gratuitamente durante o período da garantia padrão, sem nenhum ônus a FUNCER, inclusive com reposição de peças originais se for o caso.

### **7.1 Da embalagem:**

7.1. Os materiais, objeto deste termo de referência deverão **ser novos, sem uso anterior**, e deverão ser entregues acondicionados nas embalagens originais da fábrica firmes e devidamente lacradas, com validade com no mínimo 12 meses da data do vencimento, em perfeito estado de conservação, adequadas para proteger o conteúdo contra a ação da luz, poeira, umidade e contra danos durante o transporte.

7.2. O tamanho das embalagens deverá ser condizente com o tamanho de cada um dos itens descrito no item 03.1 – detalhamento do objeto.

**Externamente** a embalagem deverá conter as seguintes informações:

- a. Numeração e Série (em cada caixa seguindo a ordem crescente a partir do número 001);
- b. Descrição de todos os Itens em cada caixa;
- c. Número do processo, número da nota fiscal;
- d. Dados do fornecedor (CNPJ, razão social e endereço completo).

SRN-----





SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

7.3. Os materiais não poderão ser objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou recondicionamento e nem serem apresentados fora das embalagens de seu fabricante.

## **8.0 DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

8.1.O objeto será recebido pela Comissão de Recebimentos de Materiais e de Serviços da FUNCER, que terá a incumbência, dentre outras atribuições, de aferir se a quantidade, qualidade e execução cumpriram rigorosamente com o especificado neste instrumento, efetivar seu recebimento conforme preconizado no art. 73, I, da Lei 8.666/93, bem como certificar as Notas Fiscais/Faturas.

## **9.0 DA EMBALAGEM:**

9.1. Os materiais, objeto deste termo de referência deverão **ser novos, sem uso anterior**, ser entregues acondicionados nas embalagens originais da fabrica firmes e devidamente lacradas, com validade com no mínimo 12 meses da data do vencimento, em perfeito estado de conservação, adequadas para proteger o conteúdo contra a ação da luz, poeira, umidade e contra danos durante o transporte.

9.2.O tamanho das embalagens deverá ser condizente com o tamanho de todos os itens descrito no item 03.1 – detalhamento do objeto.

**Externamente** a embalagem deverá conter as seguintes informações:

- a. Numeração e Série (em cada caixa seguindo a ordem crescente a partir do número 001);
- b. Descrição de todos os Itens em cada caixa;
- c. Numero do processo, numero da nota fiscal;
- d. Dados do fornecedor (CNPJ, razão social e endereço completo).

9.3. Os materiais não poderão ser objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou recondicionamento e nem serem apresentados fora das embalagens de seu fabricante.

## **10.0 LOCAL E PRAZO DA ENTREGA:**

10.1. **Prazos/Forma:** A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo de trinta (30) dias após a retirada da nota de empenho e não será concedido dilação do prazo acima citado, somente aos casos explicitamente amparados pela lei federal 8.666/93.

10.2. Os produtos deverão ser entregues na Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER, Av: Presidente Dutra, 4183 – Bairro: Olaria, na cidade de Porto Velho – RO, de segunda a sexta feira, das 07:30 às 13:30 horas, para procedimentos internos, não se responsabilizando por entregas fora destes horários e dias.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**10.3. Local de utilização/destinação dos produtos:** Os materiais ora solicitados se destinam atender exclusiva e adequadamente a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto localizada na Avenida Farquar, 1793, Pedrinhas, Porto Velho, RO.

**10.4.** As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da contratada.

## **11.0 DA VALIDADE:**

**11.1.** A validade deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento do material pela Agência dos Correios ou Transportadora.

## **12.0 RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:**

O objeto será recebido conforme disposto no art. 73, II, da Lei 8.666/93:

**12.1** Provisoriamente, no prazo de um (01) dia útil, pelo Chefe do Setor de Apoio Administrativo, ou seu substituto, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

**12.2** Definitivamente, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, pela Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente da FUNCER, que terá a incumbência, dentre outras atribuições, de aferir a qualidade, quantidade e especificação do material com o estabelecido no objeto deste termo, e consequente aceitação com a certificação da Nota Fiscal e emissão de Termo Circunstanciado.

## **13.0 SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS:**

**13.1.** A substituição de materiais deverá ser norteadada pelos seguintes parâmetros:

- a. A Contratada deverá substituir os materiais recusados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do respectivo Termo de Devolução de Materiais a ser emitido pela Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente da FUNCER;
- b. O recolhimento do material recusado pela Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para a substituição da alínea anterior;
- c. Expirado o prazo previsto na alínea “b”, a FUNCER se reservará ao direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT e descontará o valor dos créditos a que faça jus a CONTRATADA, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais a ela homologados;
- d. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o recolhimento dos valores correspondentes aos materiais devolvidos pela FUNCER. Após esse prazo, não sendo efetuado o recolhimento, seus



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial dos valores.

e. Não havendo mais interesse da Contratada em proceder ao recolhimento dos materiais recusados, esta deverá enviar, dentro do prazo acima estipulado, um comunicado a Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente desta FUNCER, autorizando o descarte do material como bem lhe convier.

f. Todas as despesas decorrentes de substituição ou recolhimento de materiais deverão correr as expensas da Contratada.

#### **14.0 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**UG: 16.031 - FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER**

**P/A: 16.031.13.392.1132.2247** - Gerenciar a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto

**Fonte do Recurso:** Tesouro Estadual - Fonte: **0100.**

**Elemento de Despesa:** **44.90.52** - Material Permanente

#### **15.0 DA ESTIMATIVA DA DESPESA:**

15.1.A pesquisa de mercado visando estimativa de preços será realizada pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações, em atendimento a competência designativa do Decreto Estadual nº 10.538, de 11/06/2003.

#### **16.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

16.1 Assinar/Retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

16.2 Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega dos materiais à Contratante conforme as especificações do objeto, condições, prazos estipulados neste instrumento, com as devidas garantias inclusas, se houver, não podendo repassar nenhum dos itens adjudicados a outra empresa;

16.3 Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao manuseio, embalagem e transporte do objeto, desde a fábrica até o local de entrega previsto neste instrumento;

16.4 Substituir a mercadoria, no prazo de até 05 (cinco) dias, após notificação formal, que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

16.5 Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, no prazo de 1 (um) dia útil, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

16.6 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 65, da Lei Federal 8.666/93, sendo os mesmos, objeto de exame da Assessoria Jurídica da FUNCER;

16.7 Responsabilizarem-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;

16.8 Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;

16.9 Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará o não pagamento à Contratada, até a sua regularização;

16.10 Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento do objeto da aquisição;

16.11 Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação durante a execução contratual.

16.12 A contratada não poderá realizar a subcontratação, conforme conta na Lei 8.666/93 do Art. 40 da Lei Federal.

#### **17.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

17.1 Efetuar o recebimento dos materiais verificando se estão em conformidade com o solicitado;

17.2 Comunicar imediatamente à Contratada, qualquer irregularidade verificada por ocasião do recebimento do material, tomando providências necessárias para sua devolução, se for o caso;

17.3 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas;

17.4 Comunicar ao órgão Gerenciador eventual irregularidades constatadas no atendimento do objeto da licitação;

17.5 Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

#### **18.0 PAGAMENTO:**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

18.1 O pagamento à Contratada será feito no prazo de até 30 (trinta) dias, através de Ordem Bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimentos de Materiais de Consumo e Permanente, desde que os materiais estejam em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável ao fornecedor vencedor.

18.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos materiais fornecidos, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/1993 e vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- a. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c. Certidão Negativa de Débitos com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS);
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- f. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

18.3 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a FUNCER.

18.4 A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

18.5 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como relativa à sua regularidade fiscal.

18.6 Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

18.7 A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas na FUNCER.

18.8 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **19.0 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

19.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

19.2 Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

19.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFOR.

19.4 A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

19.5 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

SRN-----





**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.6 A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.7 São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005:

- a. Inexecução total ou parcial do contrato;
- b. Apresentação de documentação falsa;
- c. Comportamento inidôneo;
- d. Fraude fiscal;
- e. Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

19.8 As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

19.9 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo	02	0,4% por

SRN-----



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.		dia
7.	Fornecer informação pérvida de serviço ou substituição de Cartão/ equipamento/software; por ocorrência.	02	0,4% por dia
8.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2% por dia
9.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2% por dia
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
10.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia
11.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
12.	Efetuar a restauração do sistema e reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6% por dia
13.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
14.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
15.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
16.	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em numero mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	04% por dia
17.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
18.	Fornecer as senhas e relatórios exigidos para o objeto, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
19.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
20.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou	01	0,2% por

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

	encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;		dia
21.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
22.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia
23.	Fornecer suporte técnico à Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia

**\* Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.**

19.20 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.21 Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.22 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.23 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.24 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.25 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

19.26 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.0 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

20.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

20.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

20.3 A verificação da adequação da execução do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

20.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

20.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.8 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

20.9 A fiscalização da execução do contrato abrange, ainda, as seguintes rotinas:

20.9.1 Acompanhar o profissional durante a execução das atividades;

20.9.2 Verificar, por meio de instrumentos de controle e visualmente, se o contrato foi executado de forma adequada;

20.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em cor responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

## **21. COTA ME/EPP:**

**21.1.** Reserva-se de até 25% por item para contratação de pequenas empresas, conforme Art. 8º do Decreto Estadual nº 21675/2017 (cota ME/EPP).

## **22.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

22.1 As empresas participantes deste certame deverão observar, considerando o objeto a ser licitado, à aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável nas contratações públicas, em conformidade com o Decreto Estadual n. 21.264/2016”

22.2 As omissões, dúvidas e casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos Estaduais nº 10.898/2004 e 12.205/2006, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente.

## **23.0 DA SUBCONTRATAÇÃO**

23.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **24.0 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

24.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério **DO MENOR PREÇO POR ITEM** observando as especificações técnicas definidas no item 3 deste Termo de Referência, e, conforme as leis n. 8.666/93 e 10.520/00 e suas alterações.

## **26.0 DAS ASSINATURAS**

Elaborado por:

**Ivan Ribeiro Gonçalves**  
Setor de Compras e Licitações-FUNCER

Solicitante: **Lucas Trevizani**  
Administrador de Biblioteca/FUNCER

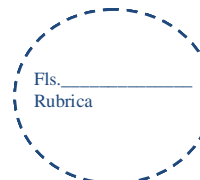
Aprovado por:

**Francisco Fabio Carneiro Leal**  
Diretor Administrativo e Financeiro-FUNCER

Autorizado por: **Rodrigo de Barros Pereira Framil**  
Presidente-FUNCER



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 380/2018/CEL/SUPEL/RO**  
**EDITAL – ANEXO II**

**Quadro Estimativo de Preços.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO MÉDIO	SUBTOTAL GERAL
1	<b>SISTEMA RFID (ANTIFURTO)</b> 1) Portais Os portais são instalados na saída da biblioteca formando um ou mais corredores de passagem, desempenhando a função de segurança antifurto. 2) Leitores Manuais São leitores RFID portáteis, os quais possuem importantes funções: • Rastreamento / Pesquisa dos acervos solicitados; • Inventário do acervo; • Levantamento estatístico dos acervos consultados. 3) Leitores de Mesa São os leitores RFID que ficam conectados nas estações de trabalho dos funcionários. Estes leitores possuem diversas funções: • Edição e atualização do registro do cliente; • Adicionar e excluir do registro do cliente; • Gerar relatórios particulares através do histórico dos empréstimos; • Armar/Desarmar o EAS dentro do material da biblioteca; • Empréstimo/Devolução/Renovação para aqueles clientes que optam por não usar o sistema de auto-atendimento; • Gravação dos dados nos identificadores. 4) Terminais de Auto-Atendimento Um tipo de Terminal bastante inovador que dá a capacidade para os usuários fazerem autonomamente as operações de empréstimos, devoluções e renovações. Um ponto importante para a produtividade da biblioteca, o qual evita as longas filas e diminui a necessidade de muitas estações de atendimento pessoal. Geralmente estão instalados em locais estratégicos provendo serviços de 24 horas para devolução.	UND	1	R\$ 3.979,36	R\$ 3.979,36

SRN-----

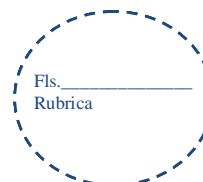
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO





**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

2	<b>COMPUTADOR DESKTOP</b> , com as características mínimas: processador deverá possuir no mínimo 4 (quatro) núcleos de processamento e 4 (quatro) threads com 6MB de memória cachê no mínimo. BIOS: Firmware deve ser passível de atualização e suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE; possuir campo editável que permita inserir numero de patrimônio e recursos de controle de acesso por Senha. Memória Ram 8GB DDR4 2133MHz, expansível até 64GB; Disco Rígido (HD) de 1 TB (Um Terabyte) ou superior com velocidade mínima de 7.200RPM; Unidade gravador de DVD/RW (todos os tipos de mídias); Interface USB 2.0 e USB 3.0: integrada à placa principal (on board), com no mínimo 2 conectores USB 3.0. Saídas: VGA/HDMI e DVI; Monitor de vídeo: Tela LED Widescreen com tecnologia LED de pelo menos 18,5" Marca LG Modelo E1960T; Placa de rede: Com suporte às velocidades de 10/100/1000bps Gigabit, full duplex e Wake-on-Lan, com conector externo do tipo RJ45; Teclado padrão ABNT2 com teclas Multimídia; Mouse Óptico. Observações: Devem acompanhar o equipamento os seguintes softwares e acessórios: Sistema operacional Microsoft Windows 8 ou versão mais atual e Pacote Microsoft Office (deve acompanhar mídia/CD de instalação) e licença de uso, Software de gerenciamento inteligente do próprio fabricante do hardware, Software: Deverá acompanhar Microsoft Office Home & Business 2010 ou superior, com licença de uso e mídia de instalação. Todos os drives necessários para o pleno funcionamento do equipamento. O fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica autorizada do fabricante na cidade de Porto Velho (devidamente comprovado); O fabricante ou a empresa que prestará a assistência técnica ao equipamento deverá dispor de um número telefônico para suporte técnico e abertura de chamados técnicos; Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web-site do fornecedor do equipamento; A empresa ou o fabricante do equipamento deverá fazer a entrega dos manuais do usuário e referência técnica contendo todas as informações sobre o produto e seus componentes, com instruções para a instalação, configuração e uso em português e/ou inglês. Prazo de Garantia mínima de 3 anos, com atendimento onsite, para todos os componentes e peças.	UND	10	R\$ 1.904,00	R\$ 19.040,00
3	<b>NOBREAK BIVOLT</b> : Equipamento de Alimentação Ininterrupta de Energia 1200VA/600W com entrada 115/127/220V e saída 115V. Especificação Técnica, Nº Tomadas: 8 Potência: 1200 VA Autonomia: 30 minutos (ou superior) Voltagem: 110/220 volts. Com manual e garantia mínima de 1 ano.	UND	10	R\$ 341,50	R\$ 3.415,00

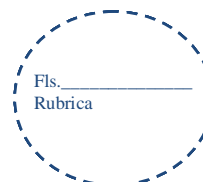
SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

4	<b>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL</b> , com as seguintes especificações: imprimir, copiar, digitalizar, fax, velocidade de impressão de até 18ppm, ciclo de trabalho (mensal A4): até 8000 páginas, tecnologia de impressão: Laser, qualidade de impressão: até 600x600 dpi, velocidade do processador: 300mhz. Memória: 64MB. Tipo de scanner: base plana, alimentador automático de documentos, resolução de digitalização óptica ate 1200dpi; Velocidade de cópia (preto, qualidade normal, A4 até 18 com, conectividade padrão: Porta USB 2.0 de alta velocidade, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, Porta RJ-11 para telefone. Com garantia mínima 12 meses do fabricante.	UND	1	R\$ 1.008,67	R\$ 1.008,67
5	<b>IMPRESSORA TÉRMICA</b> Método de impressão: Térmica Velocidade de impressão: 250 mm/seg para texto e para gráfico Velocidade de avanço de papel: 59 IPS Interface de comunicação: USB (Padrão) Serial RS232 Ethernet Wi-Fi Tabela de caracteres: CODE 437, CODE 850, CODE 858, CODE 860, CODE 862, CODE 864, CODE 866 Número de caracteres por linha: 24, 32, 48, 64 ou 21, 28, 42, 56 Modo de impressão: Normal, expandido na horizontal ou vertical, expandido na vertical e horizontal, enfatizado, itálico, invertido, negrito, sublinhado e gráfico Vida útil da cabeça de impressão: 200 km Alimentação: 100 a 240 VAC (externa) @ 50 a 60 Hz Drivers e software: Windows 95 / 98 / ME / NT 4.0 / 2000 / XP / Vista / 7 / JAVAPOS / OPOS / DLL (Windows) / SO (Linux) / Driver de Spooler Acionamento de gaveta: 1 Conector com capacidade para duas gavetas Corte de papel: Guilhotina Vida útil: 2 milhões de cortes Sensores: Fim de papel Próximo do fim de papel Tampa aberta Temperatura da cabeça de impressão Dimensões do papel: Largura: 58 a 82,5 mm, Espessura: 56 a 107 µm Diâmetro externo da bobina: Máx. 102 mm Condições ambientais: Temperatura de operação: 0° a 50° C Umidade de operação: 10 a 90% Dimensões (Altura x Largura x Profundidade): 146 x 150 x 218 mm Peso: 1,2 kg Garantia: 12 meses Interface Wi-Fi Interface Serial Interface Ethernet.	UND	2	R\$ 762,34	R\$ 1.524,68
6	<b>LEITOR DE CÓDIGO DE BARRA PORTÁTIL</b> Tecnologia: Linear CCD 2.500 pixel Fonte de luz: LED Vermelho 625 nm Velocidade de leitura: 150 leituras/seg Profundidade do campo (distância de leitura): 0 ~ 90 mm Resolução: 3 mils (0,076 mm - tamanho mínimo da barra reconhecida pelo leitor) Contraste de impressão: 25% @ UPC/EAN 100% Indicadores de LED: Azul e vermelho Operações programáveis: Tom Volume e tempo de duração do bipe Modo de leitura do botão gatilho Tipo de término de mensagem Tipo de idioma	UND	2	R\$ 176,62	R\$ 353,24

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



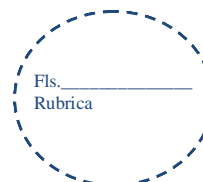
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

7	FONE DE OUVIDO com sistema acústico fechado; resposta em frequência 10 - 22.000 hz; impedância 24 ohm; tipo de ímã neodímio; entrada de energia máxima 1000 mw; sensibilidade 106 db; diâmetro da caixa acústica 32 mm; diafragma pet; inserção dinâmica; conexão por cabo; conector 3,5 mm.	UND	10	R\$ 75,79	R\$ 757,90
8	SCANNER com software de captura pra documentos até tamanho A4 (TIPO I). Especificações Mínimas Resolução de saída: 600 dpi (mínimo) Modo de digitalização: Simplex (frente) e Duplex (frente e verso) através do alimentador automático (ADF/AAD); Capacidade do Alimentador (ADF/AAD): 50 folhas (mínimo) Velocidade Mínima: 60ppm/120ipm a 200 e 300 dpi em preto e branco Conectividade: USB 2.0 (mínimo) Ciclo de Trabalho: 5.000 folhas / dia (mínimo) Tamanho de documento: Permitir até tamanho A4 (210 mm x 297mm) (mínimo) Gramatura do papel: Permitir papel com gramatura entre 41 a 210g/ m² Alimentação de energia: Bivolt 110/220v Outros: Deve vir acompanhado o de software OCR que grave nos seguintes formatos ODT ou DOC e PDF Pesquisável Garantia: On Site Repair 3 anos (trinta e seis meses).	UND	2	R\$ 1.682,50	R\$ 3.365,00
9	PORTA BANNER, Com Ponteira chanfrada para encaixe do cordão do banner; Pés articulados e haste telescópica, com dois estágios; regulagem de altura de 1,00m a 2,50m, para banner com altura de até 2,20m.	UND	6	R\$ 79,50	R\$ 477,00
10	WEBCAM Câmera de 4 vídeo digital (WebCam) para PC; Capacidade de capturar vídeos coloridos ao vivo de 16,7 milhões de cores, com resolução de captura de vídeo de no mínimo 640 x 480 pixels; Resolução de captura de imagem mínima de 1.3 MP; Taxa de quadros mínimos de 30 fps (640 x 480); Lente com foco ajustável; Sensor CMOS de alta qualidade; Microfone embutido; Interface USB com detecção automática (Plug & Play); Base para fixação em monitores; Deverá incluir todos os cabos e dispositivos necessários à conexão ao microcomputador.	UND	2	R\$ 111,08	R\$ 222,16
11	PLASTIFICADORA - Plastificação com polaseal de 005 a 010 (125 a 250 micra) em papéis até 420 g/m² ou 0,50 mm de espessura máxima. Para serviços de plastificação diversificados e intensos. Plastifica polaseal com papel sintético A4.	UND	1	R\$ 354,99	R\$ 354,99
12	TATAME INFANTIL - Kit com 16 Peças Varias Cores Tatame Eva Infantil 50x50 Cm 10 Mm.	UND	2	R\$ 127,67	R\$ 255,34

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

13	<b>DESUMIDIFICADOR</b> - Capacidade de desumidificação 18L/dia (27oC 60% de UR) 30L/dia (30oC 80% de UR) 30L/dia (27oC 60% de UR) 50L/dia (30oC 80% de UR) Voltagem 110V ou 220V/60Hz 110V ou 220v/60Hz Potência 365W 385W Corrente 3,3A 3,5A Gás refrigerante R407C/500g R407C/600g Temperatura 5 oC ~ 32oC 5 oC ~ 32oC Pressão máxima de descarga 3,5MPa 3,5MPa Pressão máxima de sucção 1,0MPa 1,0MPa Peso líquido 28kg 21kg Dimensão 350 X 455 X 603 mm 350 X 455 X 603 mm.	UND	1	R\$ 1.682,72	R\$ 1.682,72
14	<b>FOGÃO DE 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO – LINHA INOX</b> - Descrição: Volume do forno: 62,3 litros; Classificação Energética: Mesa/ forno: A/B; Mesa: Queimador normal (1,7 kW):3; Queimador família (2 kW):1. Forno: Queimador do forno 2,4. Dimensões aproximadas: 87x 51x 63 cm (AxLxP); Peso aproximado: 28,4 Kg.	UND	1	R\$ 550,20	R\$ 550,20
15	<b>BOTIJÃO DE GÁS</b> - Vasilhame de 13KG, com carga, residencial. Dimensões aprox. 360 x 460mm.	UND	2	R\$ 313,60	R\$ 627,20
16	<b>GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 410L – LINHA BRANCA</b> Capacidade Total de Armazenamento: 410 L Capacidade aproximada Líq. Congelador: 100L Capacidade aproximada Líq. Refrigerador: 310 L Capacidade Total Bruta: 400 L Tensão: 110V ou 220V Frequência: 60 Hz Consumo: 58,1 KWh/mês (110V) Consumo: 58,1 KWh/mês (220V) Cor: branco Dimensões aproximadas: 186, 5x70, 2x73,3cm (AxLxP).	UND	1	R\$ 1.906,33	R\$ 1.906,33
17	<b>PROJETOR MULTIMÍDIA</b> - Características mínimas exigidas: Projetor HD de Mesa com Resolução: acima de 15 milhões de cores, mínima 800 x 600 SVGA. Luminosidade: mínima de 3000 lúmens de brilho; Lâmpada: Consumo máximo de 200 W, duração de lâmpada mínimo de 4000 horas; Conexões: VGA, Vídeo composto (1 RCA), S-vídeo, Vídeo; Componente: (compartilhado com entrada VGA), Áudio (RCA), USB tipo B, HDMI. Alto falante de no mínimo 1,5 W. Cabo de energia, Controle remoto; Cabo VGA, Cabo USB; Bolsa para transporte. Voltagem: Bivolt.	UND	1	R\$ 1.886,90	R\$ 1.886,90
18	<b>MURAL EM VIDRO TEMPERADO</b> – Instalado em parede; dimensão 1mt x 2mt.	UND	1	R\$ 391,50	R\$ 391,50
				<b>VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP:</b>	<b>R\$ 41.798,19</b>



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 380/2018/CEL/SUPEL/RO**  
**EDITAL – ANEXO III**

**PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo).**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 380/2018/CEL/SUPEL/RO**

**À: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S<sup>a</sup>., nossa proposta de preços para fornecimento de materiais \_\_\_\_\_, pelo preço total por \_\_\_\_\_ no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade da proposta de preços é de \_\_\_\_\_ dias corridos, contados da data da abertura da licitação, conforme definido no edital.

O Da entrega do objeto/Prazodescrito a seguir: \_\_\_\_\_, conforme definido no edital.

A Garantia do objeto é de \_\_\_\_\_, conforme definido no edital;

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel./Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

RG nº.: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÕES:**

1. Apresentar este documento em papel timbrado da empresa licitante e/ou com carimbo de CNPJ.
2. Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.
3. Apresentar este documento após a fase de lances (no envio via sistema, via email e no original da Proposta Comercial), em papel timbrado da Empresa LICITANTE.
4. Observar fielmente o descrito neste Edital para fins de elaboração deste documento, especialmente o preconizado no item 8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS.
5. A falta deste documento causa a DESCCLASSIFICAÇÃO da licitante.

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO





**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/2018/CEL/SUPEL**  
**EDITAL – ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO.**

**CONTRATO DE \_\_\_\_\_,**  
**N.º \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM, A**  
**Fundação Cultural do Estado de Rondônia -**  
**FUNCER, E A EMPRESA \_\_\_\_\_ (nome)\_\_\_\_\_**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018, a **Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER**, sediada a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ (número)\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (número)\_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato que atender ao Processo Administrativo nº 0013.106497/2018-67, proveniente do Pregão Eletrônico nº. 380/2018/CEL/SUPEL-RO, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 2.1 Aquisição de material permanente como para atender as necessidades da Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, equipamento cultural sob gestão da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E ORDEM DE PREVALÊNCIA**

2.1. Fazem parte integrante deste Contrato e terá plena validade, independente da transcrição de suas respectivas redações, e terão plena validade, o Edital, Termo de Referência e seus anexos, e Proposta do(a) CONTRATADO(A) no valor resultante da fase de ofertas ou da negociação direta com o Pregoeiro e seus anexos, nos termos expressamente aceitos pela CONTRATANTE.

**Parágrafo único** – Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este contrato e os demais documentos mencionados acima, ou entre estes últimos, prevalecerá o **EDITAL** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

3.1 O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

4.1 A vigência do contrato será pelo período da garantia ofertada.

4.2 O contrato será executado fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n.º 8.666/93 e demais leis aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA, INSTALAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MATERIAL:**

**5.1 PRAZO E LOCAL**

5.1.1 Conforme item 10 do Termo de Referência.

**5.4 DA APRESENTAÇÃO DO MATERIAL**

5.4.1 Os Materiais a serem adquiridos, deverão estar de acordo com as descrições detalhadas constantes no item 3.1 do Termo de Referência;

**CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO**

6.1 Conforme item 12 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DO OBJETO:**

7.1 Conforme item 7.0 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

8.1 Conforme item 7.0 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1 Conforme item 18 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**10.1 CONTRANTE**

10.1.1. Conforme item 16 do Termo de Referência.

**10.2 CONTRATADA**

10.2.1 Conforme item 17 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Conforme item 19 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

12.1 O Contrato será rescindido caso ocorra quaisquer dos motivos previstos no Artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, na forma como estabelece o artigo 79 da cidadã Lei, sem prejuízo do previsto neste Contrato.

12.2 Constituem motivos para a rescisão, em especial:

- a) O não cumprimento regular, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de executar os serviços, nos prazos estipulado;
- d) O atraso injustificado no início dos serviços;
- e) A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) A dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do(a) CONTRATADO(A), que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse publico de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- j) Suspensão da execução do contrato por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem no mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao(à) CONTRATADO(A), nesses casos o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- k) No caso de rescisão contratual esta será formalmente justificada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 – A rescisão do Contrato pode ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII e XVII e XVIII do Art. 78 da Lei n.º 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação;
- d) No caso de rescisão do Contrato, motivada pela alínea “a” do inciso II desta Cláusula, o(a) CONTRATADO(A) fica sujeita às penalidades aqui previstas e as consequências descritas no Art. 80 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

13.1 Conforme item 20 do Termo de Referência;

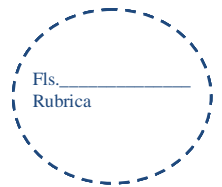
**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**UG:** 16.031 - FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCKER  
**P/A:** 16.031.13.392.1132.2247 - Gerenciar a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto  
**Fonte do Recurso:** Tesouro Estadual - Fonte: 0100.  
**Elemento de Despesa:** 44.90.52 - Material Permanente

#### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA:**

15.1 A CONTRATADA declara, no ato da assinatura do presente Contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

16.1 A CONTRATADA obriga-se aceitar eventuais alterações nos serviços para melhor adequação técnica aos seus objetivos, as que serão objeto de Termo Aditivo, respeitando o limite previsto no artigo 65, parágrafo 1º, da lei 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE:**

17.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**

18.1 A publicação resumida do presente Contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DECIMA NONA – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS:**

19.1 Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela CONTRATADA dos prazos e demais obrigações estatuídas neste CONTRATO, ficará a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1 As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este Contrato.

Porto Velho, xx de xxxxxxxx de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

1 - Nome:  
CPF:

2 - Nome:  
CPF:

SRN-----  
Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/2018/CEL/SUPEL**  
**EDITAL - ANEXO V**

**Declaração de Aceitação das Condições do Edital.**

Local e data:

À  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES-SUPEL  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL.  
PORTO VELHO - RO.

Ref.: PE 380/2018/CEL/SUPEL/RO.

Prezados Senhores da Comissão:

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede à .....,  
DECLARA, para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que temos pleno conhecimento de todas as condições e exigências constantes no Edital referente ao Pregão Eletrônico nº ....., bem como todos os anexos que o integram e, nossa plena ciência e concordância com todas as condições e cláusulas constantes no Termo de Referência e Minuta de Contrato.

Atenciosamente,

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
NOME DA EMPRESA LICITANTE/CNPJ

SRN-----

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas-Tel.: (69) 3212-9269  
CEP.: 76.820-408 - Porto Velho - RO

IAN BARROS MOLLMANN  
Pregoeiro da CEL/SUPEL/RO